

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.248 - RJ (2015/0118548-2)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : DELTA AIR LINES INC**  
**ADVOGADOS : CARLA CHRISTINA SCHNAPP - SP139242**  
**RICARDO BERNARDI E OUTRO(S) - RJ002286A**  
**RAFAEL FERNANDES GURJAO TERCEIRO - RJ114840**  
**DÉBORA FRANÇA QUINTAS E OUTRO(S) - SP220874**  
**RECORRIDO : ROYAL E SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A**  
**ADVOGADO : PRISCYLLA CASTELAR DE NOVAES DE CHIARA E OUTRO(S)**  
**- RJ173665**

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE RESSARCIMENTO. TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGA. EXTRAVIO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. INAPLICABILIDADE DO CDC. APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE VARSÓVIA. TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DO RE Nº 636.331. REPERCUSSÃO GERAL. RETORNO DOS AUTOS PARA QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM APRECIE A MATÉRIA À LUZ DO ENTENDIMENTO DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## DECISÃO

Consta dos autos que ROYAL E SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A. (SEGURADORA) propôs ação de ressarcimento contra DELTA AIR LINES INC (DELTA), objetivando a indenização securitária paga, corrigida e com juros desde o desembolso, em transporte aéreo internacional.

O Juízo de primeira instância julgou o pedido procedente para condenar DELTA ao pagamento de R\$ 484.249,25 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e duzentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), corrigida monetariamente e com juros de 1 % (um por cento) ao mês a contar do desembolso (e-STJ, fls. 175/179).

O TJRJ negou provimento ao apelo de DELTA em acórdão assim ementado:

*Ação de cobrança. Sub-rogação legal decorrente de contrato de seguro. Utilização automática, ex vi leis. Transporte aéreo internacional. Extravio de carga. Tomadora que deve ser considerada destinatária final do serviço, o qual não faz parte de*

# Superior Tribunal de Justiça

*sua cadeia negocial. Aplicação do CDC. Responsabilidade civil objetiva da concessionária de serviços públicos, que deve responder pelos riscos do empreendimento. Valor indenizatório por danos emergentes devidamente comprovados nos autos. Impossibilidade de tarifação, considerada a supremacia do estatuto consumerista sobre as convenções internacionais que versam sobre o transporte aéreo. Sentença de procedência mantida. Improvimento do apelo, esclarecendo-se apenas, de ofício, o termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre a verba indenizatória (e-STJ, fl. 239).*

Os embargos de declaração opostos por DELTA foram rejeitados (e-STJ, fls. 264/267).

Irresignada, DELTA interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, a, da CF, alegando violação dos arts. 535 do CPC/73; 22, item 3 da Convenção de Montreal; 1º e 175, § 2º, da Lei nº 7.565/86; e, 206, § 1º, II, a, 732 e 750 do CC/02, sob os argumentos de (1) negativa de prestação jurisdicional; (2) prevalência da Convenção de Montreal sobre o Código de Defesa do Consumidor em situações que envolvam os serviços de transporte aéreo internacional; (3) limite fixado nas Convenção Internacional para a fixação do valor máximo de indenização; e, (4) ocorrência de prescrição por se tratar de ação de responsabilidade com prazo prescricional anual previsto no art. 178, § 6º, II, do CC/16 (e-STJ, fls. 275/293).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 326/341).

Em juízo de admissibilidade o apelo nobre de DELTA não foi admitido (e-STJ, fls. 368/372), ascendendo os autos a esta Corte por via de agravo, que foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial (e-STJ, fls. 482/483).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

# Superior Tribunal de Justiça

## (1) Da negativa de prestação jurisdicional

Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535 do CPC/73, porquanto as alegações que fundamentaram a suposta ofensa são genéricas, sem indicação efetiva dos pontos omissos, contraditórios ou obscuros, bem assim porque deixou de indicar a sua imprescindibilidade ao julgamento da lide, os quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso. Tal deficiência, impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, vejamos os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENTREVISTA OFENSIVA À IMAGEM E HONRA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. VALOR DOS DANOS MORAIS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 1.022 do CPC/2015, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.*

[...]

*4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp 1.376.790/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 20/5/2019, DJe 23/5/2019 – sem destaque no original)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284 DO STF. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. VALIDADE DA CESSÃO. NECESSIDADE DE ANUÊNCIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CEDIDA. DECISÃO MANTIDA. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

[...]

*3. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535 do*

# Superior Tribunal de Justiça

*CPC/73, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.*

[...]

6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa (AgInt no REsp 1.568.381/RS, minha relatoria, Terceira Turma, j. 8/4/2019, DJe 10/4/2019 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. 2. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE CERTEZA DA OBRIGAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA DESNECESSÁRIA. VIA ADEQUADA. PRECEDENTES. 3. REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

*1. Em relação à alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, constata-se a ausência de discriminação dos pontos omissos e/ou contraditórios, incidindo, no caso, o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.340.103/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 25/3/2019, DJe 28/3/2019 – sem destaque no original)

Além do mais, a jurisprudência desta Corte possui o entendimento de que os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, obscuridade ou contradição no julgado e que, *ausentes os vícios indicados no art. 535 do CPC/73, não cabe utilizá-los com o intuito exclusivo de prequestionar a matéria* (EDcl no AgRg no REsp 1.499.467/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI, Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região, Segunda Turma, DJe 12/2/2016).

## (2) Da prevalência da Convenção de Montreal sobre o Código de Defesa do Consumidor

DELTA pretende afastar a aplicação do CDC ao caso concreto, sob o fundamento de que é a Convenção de Montreal o regramento jurídico aplicável ao transporte aéreo internacional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Razão assiste a insurgência.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 636.331/RJ, sob o regime da repercussão geral, consolidou o entendimento de que as normas e os tratados internacionais devem ser aplicados às questões envolvendo transporte internacional, seja este de pessoas ou coisas, especialmente as Convenções de Varsóvia e de Montreal.

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

*Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Extravio de bagagem. Dano material. Limitação. Antinomia. Convenção de Varsóvia. Código de Defesa do Consumidor. 3. Julgamento de mérito. É aplicável o limite indenizatório estabelecido na Convenção de Varsóvia e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil, em relação às condenações por dano material decorrente de extravio de bagagem, em voos internacionais. 5. Repercussão geral. Tema 210. Fixação da tese: "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor". 6. Caso concreto. Acórdão que aplicou o Código de Defesa do Consumidor. Indenização superior ao limite previsto no art. 22 da Convenção de Varsóvia, com as modificações efetuadas pelos acordos internacionais posteriores. Decisão recorrida reformada, para reduzir o valor da condenação por danos materiais, limitando-o ao patamar estabelecido na legislação internacional. 7. Recurso a que se dá provimento.*

(RE 636.331/RJ, Relator o Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25/5/2017, Processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe-257 DIVULG 10/11/2017, PUBLIC 13/11/2017 – sem destaque no original)

No mesmo sentido é o entendimento atual e iterativo do STJ, na esteira dos seguintes precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. PRESCRIÇÃO. CDC. NÃO APLICAÇÃO. CONVENÇÃO DE MONTREAL. INCIDÊNCIA. TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL. INOVAÇÃO RECURSAL.**

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na*

# Superior Tribunal de Justiça

vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável ao contrato de transporte de cargas realizado entre a seguradora e a companhia aérea, visto se tratar de relação mercantil. Precedentes.

3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n° 636.331/RJ, sob o regime da repercussão geral, consolidou o entendimento de que as normas e os tratados internacionais devem ser aplicados às questões envolvendo transporte internacional, seja este de pessoas ou coisas, especialmente as Convenções de Varsóvia e de Montreal.

4. Não é possível a análise da tese alegada apenas nas razões do agravo interno por se tratar de evidente inovação recursal.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.711.866/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 27/3/2018, sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESSARCITÓRIA EM REGRESSO PROMOVIDA PELA SEGURADORA CONTRA A TRANSPORTADORA AÉREA. 1. APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE VARSÓVIA E DE MONTREAL, CONFORME ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, no RE 636.331/RJ, DJe 25/05/2017, ao apreciar o Tema 210 da Repercussão Geral, firmou-se no sentido de que as normas e os tratados internacionais devem ser aplicados às questões envolvendo transporte internacional, seja este de pessoas, bagagens ou cargas, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal.

2. O segurador se sub-roga nos exatos limites do valor que competia ao segurado contra a transportadora aérea, com base no art. 786 do Código Civil.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.175.484/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 20/4/2018, sem destaque no original)

Assim sendo, verifica-se que o acórdão recorrido, ao aplicar a espécie as disposições do CDC, encontra-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte e com a tese firmada em repercussão geral pelo STF, motivo pelo qual devem os autos retornar à origem, para que o Tribunal aprecie a matéria à luz de tal entendimento.

Resta prejudicada a análise das demais questões.

Nestas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, para

# *Superior Tribunal de Justiça*

determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que aprecie a matéria à luz da Convenção de Montreal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

